



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 916, DE 2021 **(Da Sra. Greyce Elias)**

Denomina “Estrada Senador Murilo Badaró” o trecho rodoviário da BR 367 que liga os municípios de Minas Novas/MG a Araçuaí/MG.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

VIAÇÃO E TRANSPORTES;

CULTURA E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2021. (Da Sra. Greyce Elias)

Denomina “Estrada Senador Murilo Badaró” o trecho rodoviário da BR 367 que liga os municípios de Minas Novas/MG a Araçuaí/MG.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. Fica denominada “Estrada Senador Murilo Badaró” o trecho rodoviário da BR 367, no Estado de Minas Gerais, que faz a ligação entre os municípios de Minas Novas e Araçuaí.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A BR 367 faz a ligação rodoviária entre os municípios de Santa Cruz Cabrália/BA e Gouveia/MG. Especificamente em Minas Gerais, a BR 367 tem dois trechos distintos. O primeiro, liga a MG 405, em Jacinto, à MG 114, em Berilo, passando pelos municípios de Almenara, Jequitinhonha, Itaobim, Itinga, Araçuaí e Virgem da Lapa. O segundo, trecho vai dos municípios de Minas Novas a Gouveia, atravessando os municípios de Turmalina, Couto de Magalhães e Diamantina.

O presente Projeto de Lei busca homenagear o ex-Senador Murilo Badaró, um homem que se dedicou a Minas e principalmente a sua terra, o Vale do Jequitinhonha, tendo inclusive sido o responsável pela criação do CODEVALE. Quando da sua morte, vários políticos e meios de comunicação registraram que ele tinha a “ALMA DE MINAS”, e era um dos últimos representantes de uma geração de grandes políticos mineiros.

Murilo Paulino Badaró nasceu em Minas Novas (MG) no dia 13 de setembro de 1931, filho de Francisco Badaró Júnior e de Gelcira Paulino Badaró. Seu pai foi deputado federal por Minas Gerais entre 1956 e 1963. Seu avô, Francisco Coelho Duarte Badaró, juiz de profissão, foi deputado por Minas Gerais à Assembleia Constituinte de 1891, deputado federal até 1893 e embaixador do Brasil no Vaticano. Seu bisavô José Bento Nogueira foi influente político mineiro e senador estadual de 1895 a 1898. Seu pai Francisco Badaró Junior, foi Deputado Federal e Ministro da Justiça do Governo Getúlio Vargas, tendo ainda sido prefeito da cidade mineira da Minas Novas, situada no Vale do Jequitinhonha.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Murilo Badaró cursou o secundário no Instituto Padre Machado, de Belo Horizonte e, em 1955, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (UMG), atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estudou ainda administração pública e sociologia, porém não chegou a completar os cursos. Durante o período universitário participou da fundação da Frente Acadêmica Renovadora na Faculdade de Direito da UMG, além de ter sido membro da União Estadual dos Estudantes (UEE).

Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Minas Gerais, em 1955. Iniciou sua vida política em outubro de 1958, quando se elegeu deputado estadual por Minas Gerais, na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Empossado em fevereiro seguinte, durante o mandato foi vice-presidente das comissões de Educação e Cultura e de Constituição, Legislação e Justiça; presidente da Comissão Especial de Combate ao Jogo; membro das comissões de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e de Redação; e líder da bancada de seu partido.

Reeleito em outubro de 1962, na mesma legenda, viajou para a Suécia e a Alemanha em 1965, já após o movimento político-militar de 31 de março de 1964, como membro da Comissão de Siderurgia e Mineração da Assembleia Legislativa mineira, a fim de estudar os mercados de minério de ferro daqueles países. Com a extinção dos partidos políticos por força do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). De fevereiro a agosto de 1966, licenciou-se da Assembleia para assumir a Secretaria de Governo de Minas Gerais, a convite do governador Israel Pinheiro (1966-1971).

Em novembro de 1966, elegeu-se deputado federal por Minas Gerais na legenda da Arena, assumindo o mandato em fevereiro de 1967, pouco depois de deixar a Assembleia Legislativa. Neste último ano viajou aos Estados Unidos, a convite do Departamento de Estado norte-americano, e à Inglaterra, para estudar o funcionamento do Parlamento britânico. Membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, voltou aos Estados Unidos em 1968, como observador parlamentar das eleições que ocorriam naquele país. Reeleito deputado federal por Minas ainda na legenda da Arena em novembro de 1970, nessa legislatura foi autor do projeto da emenda constitucional que criou a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale) e tornou-se membro do diretório nacional da Arena, primeiro-secretário da comissão executiva nacional e secretário-geral do partido. Foi ainda presidente da Comissão de Educação e Cultura e da comissão mista do Congresso que examinou o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, membro da Comissão de Constituição e Justiça e suplente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Mais uma vez eleito em 1974, sempre na legenda da Arena, representou o partido, na qualidade de secretário-geral, no III Congresso do Iran Novin Party, realizado no Irã em 1975, e passou a integrar o conselho deliberativo da Fundação Milton Campos, órgão criado em setembro





CÂMARA DOS DEPUTADOS

do mesmo ano para realizar estudos e pesquisas para a Arena. Ainda em 1975 fez o curso da Escola Superior de Guerra (ESG) e tornou-se suplente da Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara.

Em 1978, articulou sua candidatura à sucessão do governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves (1975-1979), recebendo o apoio de parlamentares da Arena estadual que haviam pertencido ao PSD. O governo federal fixou-se, porém, no deputado Francelino Pereira, presidente nacional da Arena. A corrente liderada por Badaró criticou violentamente a escolha de Francelino, político que havia pertencido à União Democrática Nacional (UDN), denunciando a quebra do chamado critério de alternância, por meio do qual o governo mineiro deveria caber alternadamente a um ex-pessedista e a um ex-udenista. escolhidos dentro da Arena mineira. Em setembro de 1978, Badaró foi eleito senador pelo Colégio Eleitoral de Minas Gerais e em janeiro do ano seguinte deixou a Câmara.

Assumindo o mandato em fevereiro de 1979, Badaró tornou-se vice-líder da Arena no Senado e logo manifestou seu apoio à ideia de reformulação partidária defendida pelo presidente João Batista Figueiredo, como parte da normalização democrática. Em abril revelou que o governo já dera permissão para que as lideranças arenistas no Congresso iniciassem os debates para a reformulação. Nesse período integrou também a comissão mista do Congresso encarregada de examinar o projeto de anistia sancionado em 28 de agosto por Figueiredo.

O debate sobre a reforma partidária reavivou na Arena mineira as diferenças entre as correntes dos antigos PSD e UDN e Badaró foi um dos principais porta-vozes do grupo dos “não-alinhados”, formado pelos ex-pessedistas com o objetivo de influir nos rumos da reformulação partidária no estado. Em setembro de 1979, ao falar em um fórum sobre reforma democrática promovido pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Badaró propôs a renúncia de todos os políticos eleitos indiretamente para que pudessem “no momento da reformulação partidária partir para uma vida nova”. Considerava que o projeto da reforma dos partidos deveria ser apresentado pelo Executivo e não pelo Legislativo, sendo também contrário à existência de um único partido de apoio ao governo. Na sua opinião, o que deveria ocorrer era “um esforço em busca de um grande partido de apoio ao governo, sem que com isso ocorra um tolhimento ao surgimento de outras agremiações que também possam tomar esse caminho”. Essa posição era defendida por todo o grupo dos “não-alinhados”, que lutavam pela criação de partidos independentes de apoio ao governo como forma de conciliar os interesses regionais. Ainda em setembro, Badaró foi o principal redator do documento que os “não-alinhados” leram no Congresso no início da campanha parlamentar pelas eleições diretas para governador e vice-governador, em que eram defendidas as proposições do grupo.

Foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado e aprovou o parecer favorável ao projeto da Comissão Parlamentar de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Inquérito (CPI) sobre as Multinacionais definindo o “comportamento exigível às empresas que operam no Brasil sob o controle de capital estrangeiro”. Nessa época, Badaró mostrou-se ainda favorável a uma reforma tributária com o objetivo de “diminuir os desníveis de renda entre regiões e estratos sociais”.

Em agosto de 1984, licenciou-se do cargo de senador para assumir o Ministério da Indústria e Comércio. Substituído no Senado pelo suplente Morvan Acaiaba, permaneceu à frente do ministério até o final do governo de Figueiredo, em março de 1985. Após deixar a pasta, reassumiu a cadeira de senador.

Em março de 1986 foi eleito para a Academia Mineira de Letras. No pleito de novembro deste ano, concorreu ao cargo de governador do estado na legenda do PDS, não tendo sido eleito. Deixou o senado em janeiro de 1987, ao final da legislatura. No segundo semestre deste ano, o governador de Minas Newton Cardoso (1987-1990) indicou-o para ocupar a vice-presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), à frente da qual permaneceu até junho de 1989.

Em outubro de 1998, Murilo Badaró disputou um mandato de senador na legenda do Partido Progressista Brasileiro (PPB), não obtendo os votos necessários. Em janeiro do ano seguinte, o governador mineiro Itamar Franco, recém-empossado no cargo, o reconduziu à vice-presidência do BDMG. Em 2001 foi eleito presidente da Academia Mineira de Letras. Em outubro de 2004 foi eleito prefeito de Minas Novas na legenda do Partido Progressista (PP), ex-PPB.

Além das atividades políticas, Murilo Badaró dedicou-se também à música, tendo participado da encenação de várias óperas usando o pseudônimo de Ricardo Villas. Por sua carreira como barítono, em cinco oportunidades foi homenageado com o Prêmio Orfeu. Presidente de honra da Sociedade Mineira de Concertos Sinfônicos e presidente da Sociedade Coral de Belo Horizonte, foi um dos fundadores da Juventude Musical Brasileira, organizada nacionalmente pelo maestro Eleazar de Carvalho. Colaborador assíduo da imprensa, escreveu artigos para o Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, e os jornais mineiros Hoje em Dia, Diário do Comércio e O Estado de Minas, no qual assinou uma coluna semanal publicada às terças-feiras. Em novembro de 2007 dedicava-se a um blog.

Murilo Badaró faleceu em Belo Horizonte, no dia 14 de junho de 2010. Deixou uma enorme herança política e uma vasta produção literária. Publicou, entre outras obras: Posição dos estados-membros na Constituição brasileira (1951); Intervenção do estado na vida econômica (1951); Foge o mundo da economia liberal? (1952); Elaboração constitucional (1952); O problema de energia elétrica em Minas Gerais (1952); Papel do estado-membro da Federação (1952); Discriminação de rendas (1962); Do Jequitinhonha ao Tennessee (1967); Reforma e revolução — uma interpretação político-econômica da classe mineira (1970); Memorial





CÂMARA DOS DEPUTADOS

político (1976); Alma de Minas; O bombardino; Vigésimo mandamento (crônicas); José Maria Alkmin (biografia); Gustavo Capanema, uma revolução na cultura (biografia que recebeu o Prêmio da Fundação Joaquim Nabuco); e Milton Campos, um pensador liberal (biografia, no prelo).

Por ser uma homenagem mais do que justa, solicito o apoio dos membros desta Casa.

Sala das Sessões, em de março de 2021.

**Deputada GREYCE ELIAS
AVANTE/MG**



FIM DO DOCUMENTO